

Distrito de Caboto: Um “Lugar” na Bahia de Todos os Santos?

Caboto's District: A "place" in the Bay of All Saints?

Tânia Moura Benevides¹

Denise Ribeiro de Almeida²

Jéssica Nascimento de Oliveira³

RESUMO

Este artigo busca analisar o Distrito de Caboto, localizado na Bahia de Todos os Santos, como um lugar que preserva aspectos geográficos, políticos, econômicos e culturais que o caracteriza e favorece enquanto lugar. Para a construção metodológica partiu-se das pesquisas bibliográficas e documentais para a construção do embasamento teórico. Para as análises foram utilizados os dados da pesquisa de campo realizada pelo grupo de alunos do CIAGS-UFBA, no escopo da disciplina Contextualização, Econômica, Política e Social do Brasil. Os resultados da pesquisa exploratória apontam para uma descaracterização de Caboto como lugar em função, principalmente, da fraca preservação da sua história, o que compromete a identidade cultural.

Palavras-Chave: Desenvolvimento. Desenvolvimento local. Território.

ABSTRACT:

This article seeks to analyse the District of Caboto, located in the Bahia de Todos os Santos, as a place which preserves spatial aspects, political, economic and cultural rights that characterizes it and favors while place. For the methodological construction broke of bibliographic and documentary research to build the theoretical foundation. For the analyses were used data from field research conducted by the Group of students of the CIAGS-UFBA, in the scope of the discipline Contextualization, economic, political and Social of Brazil. Exploratory research results point to a deterioration of Cabot as place in function, mostly to the poor preservation of its history, this compromises the cultural identity.

Keywords: Development. Local development. Territory.

¹ Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Professora da Universidade Federal da Bahia e da Universidade do Estado da Bahia.

² Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Professora da Universidade Federal da Bahia.

³ Graduanda em Administração pela Universidade Federal da Bahia.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca refletir sobre os conceitos de lugar, desenvolvimento e território. Aqui parte-se da premissa de que a articulação entre esses conceitos pode ajudar a melhor caracterizar localidades, neste caso o Distrito de Caboto, destacando a importância do material e simbólico na construção do espaço urbano.

O conceito de lugar, segundo Serpa (2012) vem sendo trabalhado a partir de diferentes perspectivas. Os lugares, enquanto fenômenos da experiência humana chamam a atenção como espaços de existência, fonte de autoconhecimento e responsabilidade social, pois é no lugar que ocorrem as diversas experiências que se relacionam de modo particular. Nesse caso as trocas, as direções e distâncias vão constituindo a existência do lugar a partir da identificação e imbricamento de três componentes: traços físicos, atividades e funções.

Há uma perspectiva, aqui utilizada, que “pensa os lugares como as distintas versões dos processos de reprodução do capital ao redor do mundo” (p.97). Aqui, lugar figura como *locus* de reprodução da vida cotidiana, permeado pelas diferentes visões de mundo e diferentes ideias de cultura e hierarquizado por lógicas econômicas e políticas, na maior parte das vezes de caráter extralocal. Assim, os valores e conteúdos hegemônicos se sobrepõem às experiências enraizadas na vida cotidiana de cada lugar. Santos (1994 apud SERPA 2012, p.100) diz que o lugar reflete e condiciona a reprodução das relações: sociais, políticas, culturais e econômicas nas mais diversas análises e escalas, relacionando espaço e sociedade. Ao avaliar na Baía de Todos os Santos, especificamente o Distrito de Caboto, localizado no município de Candeias [Bahia], observa-se que esse “lugar” guarda especificidades que se vinculam a sua história, dimensão territorial e relações de troca, mas que se reconfiguram a partir da reprodução de um contexto externo, imposto e hegemônico. Trata-se de um contexto de inserção no mercado de vantagens comparativas e de produção de mais valias relativas, submetendo-se e desenvolvendo-se de forma desigual. Santos (1996 apud SERPA, 2012, p.103) explicita que “o lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe veem solicitações e ordens precisas de ações condicionadas”.

Entendendo Caboto enquanto “lugar,” a partir de uma análise circunscrita a desenvolvimento territorial, esta pesquisa tem como questão de partida: **Em que medida Caboto configura-se como um “lugar” na Bahia de Todos os Santos e como se caracteriza o processo de desenvolvimento no território?** Para responder a tal questionamento o estudo tem como objetivo geral caracterizar o Distrito de Caboto nas dimensões política, econômica e cultural, entendendo-o como um lugar localizado na Bahia de Todos os Santos. Como objetivos específicos podem ser elencados: caracterizar a população local em relação a algumas dimensões sociodemográficas; caracterizar a forma de atuação dos diferentes níveis do poder público em relação às políticas públicas sob sua responsabilidade; prover subsídios para trabalhos que aprofundem esta discussão em relação a outras dimensões relevantes à compreensão do território.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de se explicitar a importância do entendimento das especificidades dos “lugares” como fator de fortalecimento do enfrentamento da homogeneização imposta pela lógica hegemônica, sendo a Baía de Todos os Santos, um dos focos de atuação do atual governo do Estado hoje reconhecido como um espaço de grande abandono. Entretanto, guarda aspectos geográficos e históricos importantes para o favorecimento de experiências cotidianas que constroem um enredo

diferenciado. Além disso, espera-se socializarem-se os resultados do estudo junto à comunidade acadêmica, Ministério Público, moradores e lideranças locais.

Na construção do trabalho além desta introdução, apresentam-se reflexões relativas ao conceitos-chave que ancoraram a pesquisa de campo realizada – desenvolvimento e território. A seção três apresenta o percurso metodológico trilhado, sendo sucedida da análise dos resultados. Nas considerações finais, é feita uma síntese analítica dos principais resultados, assim como são apresentadas possíveis linhas de continuidade às discussões aqui travadas.

2 DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIO E LUGAR: UMA POSSÍVEL RELAÇÃO?

Esta seção divide-se em subseções que refletem sobre o construto teórico que ancora a construção do artigo. Inicialmente, apresentam-se discussões relativas à evolução do conceito de desenvolvimento, as quais se seguem análises que contemplam o conceito de território e sua relação com o desenvolvimento local, bem como a conceituação de lugar.

2.1 DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE CONCEITUAL SOB UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Considera-se que os processos de desenvolvimento devem ser analisados com a adoção de uma perspectiva multidisciplinar que incorpore à tradicional vertente econômica, às dimensões social, política, cultural dentre outras. Ou seja, sob tal concepção, acredita-se que apesar da relevância da dimensão econômica, esta não pode ser a única contemplada na análise destes processos, sendo para tanto fundamental a análise de outras dimensões teóricas igualmente importantes.

A construção do conceito de desenvolvimento como hoje entendido, passa por diferentes fases. Em rápido resgate desta evolução, tem-se segundo Hermert (2002) que até o século XIX, existia o termo desenvolvimento, utilizando-se o conceito de progresso visto como um desejo de evolução com vistas a atender demandas mais amplas e de possível obtenção pelos povos desenvolvidos - europeus e norte-americanos - respeitando-se suas características; ou como algo a ser copiado de forma automático com vista a efetivar um “esforço civilizatório” para os chamados “povos exóticos”, cujos padrões eram diversos e por vezes concorrentes em relação aos ideais do mundo evoluído. Neste período, era forte a concepção da presença de evolução positiva, progredir significava obrigatoriamente melhorar, e esta mudança somente seria possível através da adoção de um modelo único de progresso - o dos países evoluídos -, sem qualquer tipo de preocupação com especificidades locais. Em outras palavras, progredir era visto como um ritual de passagem vivenciado pelas nações que buscassem migrar de um passado superado e visto como pouco aderente às demandas contemporâneas, para um presente e futuro moderno. Neste modelo, aspectos relativos ao desenvolvimento que extrapolassem a dimensão econômica não eram considerados.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o conceito de crescimento econômico começa a se consolidar ao redor do mundo, substituindo gradativamente a antiga concepção de progresso. Conforme Sachs (1986), este é o início do ciclo em que a forte expansão da produção e consumo de bens diversos resultante da recuperação de diversas economias

favorece ao surgimento das chamadas teorias de crescimento totalmente pautadas pelo viés economicista. Consolida-se assim, o conceito de crescimento econômico, conceito este defendido, como afirma Furtado (1981) por teóricos de diferentes nações, tendo importância significativa na América Latina e no Brasil com a consolidação do pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e a adoção de modelos de planificação econômica que se tornam comuns ao redor do mundo. Em síntese, afirma-se que na concepção do crescimento econômico, as teorias emergentes ancoram-se em concepções que o confundem com o sistema produtivo, notadamente aquele de natureza industrial.

Defende-se em consonância com Furtado (2000) e Fischer (2002), que durante os anos de 1970, este modelo pautado em um viés essencialmente econômico deixa de dar respostas adequadas a muitos dos projetos nacionais então em curso, levando com isso à gradativa substituição desta concepção por outra – a do desenvolvimento econômico sustentável. Para isso, ainda de acordo com estes autores, é fundamental a realização, em 1987, da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a qual resulta no Relatório Brundtland, intitulado “Nosso Futuro Comum”. Este documento defende a necessidade e urgência da adoção de um modelo mais equitativo de crescimento para todos os países, propondo um modelo que preconiza o maior equilíbrio entre os diferentes aspectos do desenvolvimento, evitando-se a hegemonia da perspectiva econômica em relação às demais, ao tempo em que incorpora categorias relativas à preservação ambiental e à necessidade de utilização dos diferentes recursos naturais respeitando-se sua finitude.

Quadro 1: Linha do tempo crescimento x desenvolvimento

Vertente teórica	Autores	Conceito básico
Distritos industriais italianos (anos 80)	Brusco, Becattini e Bagnasco	Conjunto de pequenas e médias empresas semi-artesaniais com sinergia, cooperação, confiança e reciprocidade
Crescimento endógeno (1980-1990)	Romer e Lucas	Economia de escala e rendimentos crescentes como determinantes do desenvolvimento, resolvendo “falhas” do mercado
Estados-região (anos 90)	Ohmae	Fim dos Estados-Nação fortalece as regiões e o local como lócus natural do desenvolvimento
Clusters ou APLs anos 90)	Schmitz e Porter	Vínculos e interdependências gerados pela concentração espacial ou setorial das organizações
DLIS	PNUD	Osiose entre comunidade local e organizações distintas com base na eficiência e sustentabilidade ambiental
Cidades-região (anos 90 e 2000)	Scott	Aglomerações urbanas de grande porte como fator de desenvolvimento
Governança Local (2000)	Banco Mundial	Desenvolvimento fruto da transparência e accountability

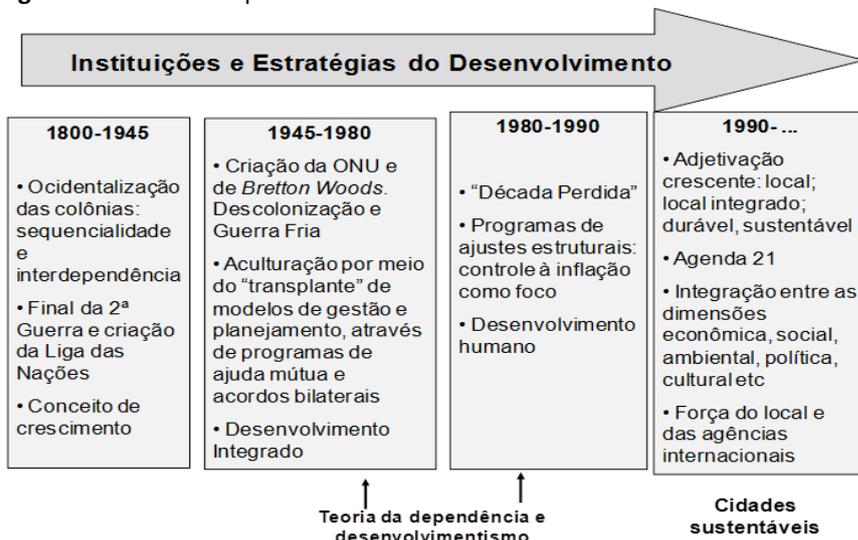
Fonte: Almeida, 2012, a partir de Brandão, 2007.

A partir dos anos de 1990, conforme Fischer (2002), Brandão (2007 e 2011) e Santos (2010), ao conceito inicial de desenvolvimento sustentável, juntam-se outras tipologias de desenvolvimento - social, humano, regional, rural, local, territorial, dentre outras. A título de apresentação de uma síntese das principais correntes do pensamento contemporâneas que se debruçam sobre os estudos relativos ao desenvolvimento, apresenta-se o quadro 1.

Destaca-se, que a proliferação de adjetivações do conceito de desenvolvimento na contemporaneidade, caracteriza sua polissemia que vem associada da necessidade de se

respeitar especificidades em diferentes escalas contemplando demandas que vão do global ao local. Sintetizando a evolução conceitual apresentada, tem-se a figura 1 apresentada a seguir.

Figura 1: Linha do tempo crescimento x desenvolvimento



Fonte: Almeida, 2012, a partir de Fischer, 2002.

Afirma-se que da análise desta figura e dos pontos anteriormente apresentados surge a necessidade de uma discussão relativa aos aspectos referentes à dimensão territorial e suas relações com o desenvolvimento, discussão travada em sequência.

2.2 TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

O território pode ser entendido, conforme Haesbaert (2007), por distintas concepções que se originam de olhares específicos de cada uma das áreas de estudo que se debruçam sobre a discussão deste importante tema na contemporaneidade. Como forma de se explicitar estas dimensões e seus respectivos focos analíticos, apresenta-se quadro síntese a seguir.

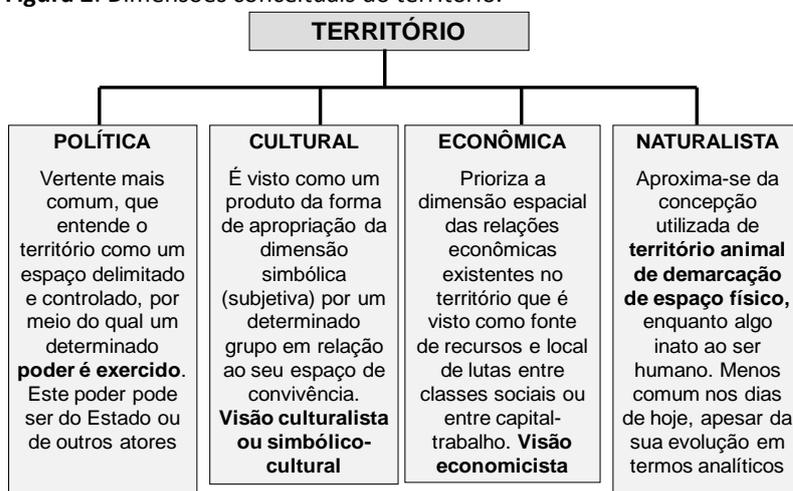
Quadro 2: Síntese das dimensões e focos sobre o conceito de territórios

Geografia: ênfase na materialidade em diferentes dimensões, incluindo a relação sociedade-natureza.
Ciência Política: foco nas diferentes relações de poder, priorizando, na maior parte das vezes, a perspectiva da atuação do Estado.
Economia: um dos fatores locacionais ou uma das possíveis bases da produção => força produtiva.
Antropologia: destaque para as variáveis que compõem a dimensão simbólica nas sociedades tradicionais e no neotribalismo contemporâneo.
Sociologia: foco na relação cruzada de influência entre território e diferentes relações sociais de uma dada sociedade em um sentido amplo.
Psicologia: local de construção da subjetividade ou da identidade, em diferentes escalas=> de grupos a indivíduos.

Fonte: Almeida, 2012, a partir de Haesbaert, 2007.

A partir desta perspectiva multidisciplinar da análise do território, acredita-se ser importante a apresentação de suas distintas dimensões, as quais são combinadas de forma diversa segundo a área disciplinar em tela. Com o objetivo de favorecer à compreensão inicial em relação a tais dimensões, apresenta-se a figura a seguir.

Figura 2: Dimensões conceituais do território.



Fonte: Almeida, 2012, a partir de Haesbaert, 2007.

Destaca-se, que em que pese a adoção mais hibridizada destas dimensões conceituais, prevalece até os dias de hoje nos esforços analíticos em relação ao território a hegemonia da dimensão económica, fortemente caracterizada pela presença de autores ligados à corrente marxista. De toda forma, destaca-se em acordo com o que afirmam Haesbaert (2007) e Souza (2001), que o território deve ser visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual determinado grupo exerce poder em defesa dos seus próprios interesses em detrimento, muitas vezes de anseios mais amplos de outras camadas sociais, mais vulneráveis. Destaca-se que na construção deste artigo, utilizou-se como conceito de território:

[...] dimensão simbólica/cultural através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (uma forma de apropriação e uma dimensão mais concreta de carácter político-disciplinar (e político-económico): a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 2011, p.94).

Esta concepção da presença da estreita relação território-poder também é explorada em Santos (2000), a partir da utilização da equiparação entre os conceitos de espaço e “território usado”, na qual o “uso”, notadamente aquele de natureza económica, é quem será o fato de definição das diferentes relações de poder em um dado território. Esta concepção pode ser mais bem compreendida a partir da citação a seguir.

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo. (SANTOS, 2000, p.104-105)

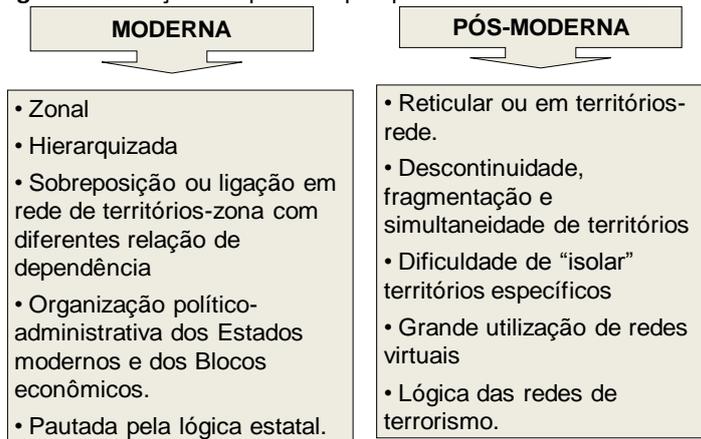
A partir daí, surgem para este autor duas categorias de atores sociais que compartilham o território usado com estruturas de poder diversas e concorrentes: os hegemônicos, para quem o território usado é um recurso capaz de garantir a concretização e manutenção da garantia de concretização dos seus objetivos específicos; e os hegemonzados, para quem o território usado funciona apenas como abrigo que lhes permite através da sua adaptação ao contexto dominante, sobreviver no lugar em que se encontram. Este autor também defende a presença da hibridização dos territórios, os quais além desta característica, passam por conta de sua historicidade, por constantes mutações fruto do contexto vivenciado. Destaca-se ainda a importância fundamental da qualidade da informação neste processo de hibridização.

Avançando-se nestas reflexões teóricas, crê-se ser importante uma discussão relativa aos conceitos que emergem da Geografia e são absorvidos pelas demais áreas de conhecimento que exploram o território enquanto objeto de estudo, a saber: territorialização, multiterritorialidade e des(re)territorialização.

Tomando por base o pressuposto trazido em Haesbaert (2007) de que no mundo real os territórios caracterizam-se como inseridos em um *continuum* compreendido entre os ideais de funcionalidade e os de simbolismo, encontram-se presentes na história da humanidade distintas formas de territorialização, vistas por ele (2005, p.6776) como “[...] um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado”. Assim, os objetivos da territorialização podem ser sintetizados como: (a) abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção; (b) identificação ou simbolização de grupos de interesse através de referentes espaciais (inicialmente fronteiras geográficas); (c) disciplinarização/controle através do espaço, com o fortalecimento dos chamados espaços individualizados; e (d) construção e controle de conexões e redes (2005, p.6778). Ressalta-se ainda, que na contemporaneidade, crescem as formas de territorialização mais flexíveis e que admitem sobreposição territorial sucessiva (territórios periódicos ou espaços multifuncionais na área central das metrópoles) ou concomitante (sobreposição de territorialidades político-administrativas); assim como as multiterritorialidades criadas por grupos/indivíduos que constroem territórios flexíveis, multifuncionais e multi-identitários (HAESBAERT, 2005, p.6780-6781).

A multiterritorialidade, para Haesbaert (2007), pode ser vista como um conjunto de ações/processos através do qual se pretende ter acesso, ou se conectar a diferentes territórios, em nível individual ou coletivo, tanto concretamente (deslocamentos físicos), quanto virtualmente (relações no ciberespaço). Destaca-se aqui, em concordância, com este autor que este fenômeno não é novo, pois como a territorialização baseia-se em relações sociais que implicam em diferentes interações territoriais, perpassando diferentes territórios, esta perspectiva sempre esteve presente. Ou seja, sempre existe uma perspectiva multiterritorial embora sua lógica tenha mudado ao longo do tempo, como demonstrado a seguir.

Figura 3: Evolução temporal da perspectiva multiterritorial.



Fonte: Almeida, 2012, a partir de Haesbaert, 2007.

De toda forma, crê-se que a flexibilidade territorial da pós-modernidade, permite que determinados grupos usufruam mais consistentemente de privilégios diversos, garantindo-lhes acesso a oportunidades em territórios diversos, tendo por exemplo, “a multiterritorialidade mais funcional da organização terrorista *Al Qaeda* [...] e a multiterritorialidade funcional e simbólica da elite ou da burguesia globalizada” (HAESBAERT, 2005, p.6786).

Já os processos de des(re)territorialização podem ser vistos, a partir de Haesbaert (2007), como os dois lados da moeda da territorialização, pois ao tempo em que existem movimentos de desterritorialização individuais e em grupo, a eles sucedem novos processos de reterritorialização. Ressalta-se que os processos de (des)reterritorialização desenvolvem-se sob uma rede cada vez mais complexa e fluida, na qual sempre se refletem relações de poder diversas e desiguais.

Neste cenário, a abordagem do desenvolvimento territorial ganha importância, tanto pela sua vertente mais conservadora, com a adoção de pressupostos neoliberais e pósfordistas, que preconizam a produção flexível e descentralizada; quanto em relação às focadas na busca por um novo modelo de governança territorial que permita que se desenvolvam ações que surjam do contexto local, tendo por objetivo final o bem estar social dos envolvidos, ainda que de alguma forma busquem suprir o esvaziamento do papel do Estado, fruto da adoção do modelo gerencialista em diferentes projetos de desenvolvimento. Assim, torna-se relevante contemplar e resgatar, como forma de enfrentamento, a concepção do lugar como forma de representar o espaço, os grupos e agentes e suas redes de relações sociais.

2.3 LUGAR, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: UMA POSSÍVEL ARTICULAÇÃO

Lugar é um fenômeno da experiência humana que deve ser estudado, dado que é através do lugar que o entendimento do “mundo” se desvela, pois são inesgotáveis fontes de autoconhecimento e responsabilidade social. É no lugar que as experiências se articulam de modo particular, isso, como já destacado, se concretiza através das trocas, direções e distâncias (SERPA, 2012).

Para Santos (1996 apud SERPA, 2012) o lugar é um teatro das paixões humanas responsáveis pelas mais diversas manifestações de espontaneidade e criatividade, podendo o território ser analisado para além das suas dimensões econômicas, políticas e sociais que apontam uma vertente hegemônica. Amplia-se assim o entendimento do espaço e se fortalece a identificação dos habitantes, não limitando a análise a uma análise circunscrita a noção de centro-periferia. Assim, o conceito de lugar para Santos (1994, p.96), pode ser visto como um construto que relaciona o espaço – visto como a própria configuração de um dado território - e o tempo representado pelo período de duração de um conjunto de fenômenos.

O lugar ocupa uma posição na mente dos indivíduos, pois o conhecimento do mundo se dá a partir e através dos lugares nos quais se vive. Portanto, os lugares são existenciais, fonte de autoconhecimento e responsabilidade social (RELPH, 1979 apud SERPA 2012).

O lugar pode ser identificado a partir de três componentes básicas que estão inter-relacionadas. São elas: traços físicos, atividade e funções observáveis [significados e símbolos]. As experiências que vão se sucedendo em cada lugar e vão o definindo como histórico, relacional e identitário. Assim para análise de um lugar devem-se levar em consideração os aspectos geográficos, as rotinas, os confrontos, os conflitos e as dissonâncias. Os lugares reproduzem, portanto, as relações sociais, políticas, culturais e econômicas, nas mais diversas escalas de análise (HOLZER 1997; AUGÉ, 1994; CARLOS, 2001; SANTOS, 1994; TUAN, 1983 apud SERPA, 2001).

Com o objetivo de analisar esta relação entre lugar, território e desenvolvimento, apresenta-se em sequência, a discussão do caso Caboto.

3 METODOLOGIA

O estudo partiu de levantamento bibliográfico com consulta a publicações diversas sobre a Baía de Todos os Santos, região onde está localizado Caboto. Os dados secundários foram levantados através de pesquisa documental em documentos do IBGE, cedidos pela Supervisão de Disseminação de Informações - Unidade Estadual do IBGE na Bahia, em março de 2013. A partir daí, identificou-se que o distrito conta com 1.844 habitantes, sendo 821 considerados como população urbana; possuindo a média de 3,22 habitantes por residência, com rendimento médio do responsável da ordem de R\$ 654,75.

A pesquisa caracteriza-se como de natureza exploratória sendo o artigo resultante de trabalho realizado em disciplina do Curso Tecnológico de Gestão Pública e Gestão Social, da Escola de Administração da UFBA, contando com a participação ativa dos alunos matriculados na mesma.

Com base nestes dados iniciais, elaborou-se como instrumento de coleta de dados um questionário, aplicado por alunos e professores da disciplina, no dia 16 de março de 2003. O número de respondentes [68 respondentes] foi definido com base no critério de acessibilidade: aqueles que aceitaram participar da pesquisa, após a apresentação dos seus objetivos. Thiollent (1982, p.34) afirma que não há impedimento quanto à seleção dos entrevistados por acessibilidade, já que não é necessária a obediência a regras mecânicas defendidas pela perspectiva positivista e de natureza mais quantitativa. Assim, “a seleção supõe a disponibilidade do entrevistado, a qual não é previsível antes de um primeiro contato. A seleção resulta de uma avaliação da relevância ou da representatividade social (não

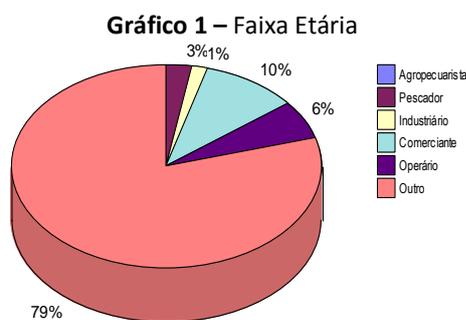
estatística) das pessoas.” Ou seja, partícipes da comunidade. Os resultados de campo, obtidos através da aplicação dos questionários, foram tabulados no software *Sphinx Plus 2* e analisados.

4 CABOTO UM LUGAR NA BAHIA DE TODOS OS SANTOS

Esta seção subdivide-se em duas subseções. A primeira traça um panorama geral da população e do distrito de Caboto, sendo seguida de análises relativas às diferentes dimensões analíticas do território, como definido em Haesbaert (2007) e que corroboram com a caracterização de lugar destacada por Serpa (2012): traços físicos, atividade e funções observáveis. Assim, destacam-se os aspectos geográficos, econômicos, políticos e culturais.

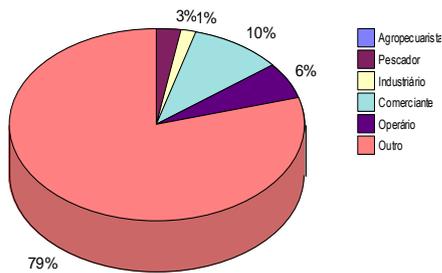
4.1 CABOTO: DADOS GERAIS

No processo de aplicação dos questionários, dentre os respondentes, a maioria [58%] foi constituída por mulheres. Os respondentes possuem baixa escolaridade: 43% cursaram o ensino fundamental, 45% o ensino médio e apenas 6% ensino superior completo ou incompleto. Sobre a questão da escolaridade, destaca-se que apenas 3% dos entrevistados auto declarou-se analfabeto, representando um percentual sensivelmente menor do que o encontrado para a região nordeste no ano de 2011, 16,9%, segundo IBGE (2013). Este achado, provavelmente reflete o constrangimento de muitos indivíduos em verbalizarem esta situação pessoal. Em relação ao tipo de residência, 79% dos respondentes afirmaram possuir casa própria, sendo que em 51% o número de residentes está entre 3 e 4 pessoas, seguido de 1 a 2 residentes 18% e com 5 ou mais pessoas somando 31%. A faixa etária da amostra e a tipologia de ocupação dividem-se conforme gráficos a seguir apresentados.

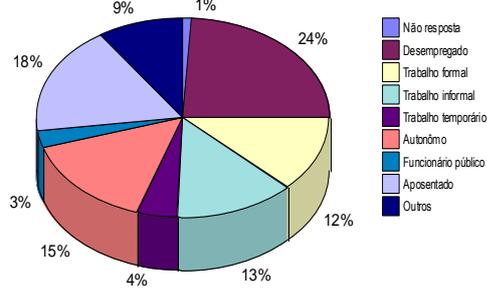


Fonte: Elaboração própria, 2013

Na sequência apresentam-se gráficos que explicitam o tipo de ocupação e a natureza da relação de trabalho dos respondentes.

Gráfico 2 – Tipo de ocupação

Fonte: Elaboração própria, 2013

Gráfico 3 – Natureza da relação de trabalho

Fonte: Elaboração própria, 2013

Identifica-se que os respondentes desenvolvem atividades de baixa complexidade - pescadores, industriários, comerciantes e operários, destacando-se que na categoria “outros” foram apontadas as atividades de: doméstica, estudante, segurança, auxiliar de laboratório, cambista, motorista, aposentados, operador de máquinas, torneiro, pedreiro, recepcionista, vigilante, guarda, mecânico, operador de produção, manicure, professor, funcionário público, atendente, cozinheira, camareira, eletricista, autônomo, policial militar e administrador. Houve ainda menção “de tudo um pouco”. Tal composição caracteriza uma população economicamente ativa com atuação em atividades de baixa renda. Já no que se refere à natureza da relação do seu trabalho, destaca-se o expressivo percentual representado por desempregados [24%] e trabalhadores informais [13%], cenário que parece caracterizar um panorama de falta de relações formais de trabalho por parte população do distrito.

4.2 CABOTO: DIMENSÕES DE ANÁLISE

Em relação aos aspectos geográficos Caboto está inserido na Baía de Todos os Santos (BTS), a segunda maior baía marítima do Brasil. Trata-se de um local de clima úmido e subúmido, com temperatura média variando entre 19,4°C a 24,6°C, vegetação formada por florestas umbrófila densa, formações pioneiras com influência marinha (restinga). Unidades geomórficas: baixada litorânea, planícies marinhas e fluviomarinhas (IBGE, 2012).

As características físicas do distrito são definidas pela Baía de Todos os Santos. O distrito dista do município de Candeias aproximadamente 15 km, mas em função da sua característica geográfica fica isolada na Baía de Aratu. Os principais indicadores sociais são fornecidos para o município de Candeias e não refletem a realidade de Caboto, visto que a sede conta com importantes fontes de recursos ausentes no distrito. A ausência do Estado leva a uma busca pelo entendimento das dimensões política e econômica.

Em relação a dimensão política cabe destacar os resultados das respostas dos entrevistados em relação a alguns aspectos relativos à infraestrutura disponível no território, que encontram-se sintetizados na tabela a seguir.

Quadro 3: Avaliação das dimensões de infraestrutura

ITEM DE INFRAESTRUTURA	SATISFATÓRIO (%)	PARCIALMENTE SATISFATÓRIO (%)	INSATISFATÓRIO (%)
Iluminação pública (rua)	76	16	7
Iluminação pública (entorno)	57	24	19
Pavimentação	65	21	15
Calçadas	56	26	18
Asfaltamento	56	31	13
Arborização	57	19	24
Meio fio	29	25	46
Rampa de acesso (cadeirantes)	6	9	85
Bueiros	35	29	35
Rede de esgoto (presença)	43	31	26
Rede de esgoto (integração)	59	7	34
Coleta regular de lixo	72	18	10
Coleta seletiva de lixo	21	12	68
Posto de Saúde	47	47	6
Programa de Saúde	38	10	51
Creches	12	13	85
Ensino fundamental	75	6	19
Ensino médio	9	0	91
Ensino superior	1	0	99

Fonte: Elaboração própria, 2013

Em relação à iluminação pública, apesar da maior parte dos respondentes avaliarem este serviço como satisfatório, apenas 10% consideram que o serviço não sofre interrupções, 18% reportam a alta frequência de falta de luz, o restante pontua que este serviço é interrompido raramente [35%] e ocasionalmente [37%].

Quanto ao calçamento, o distrito é bem servido de calçadas na percepção dos respondentes ; segundo o Jornal da Mídia (2006), houve um projeto de urbanização que melhorou a qualidade destes equipamentos. Na operacionalização deste projeto, realizaram-se obras de pavimentação em mais de 1,3 mil metros de ruas, além de serviços de drenagem, construção de passeios e jardins, e da recuperação da quadra de esportes e do cemitério local.

Os entrevistados consideram que as praças e ruas são bem cuidadas, apesar da arborização precária do espaço público. Quando questionados sobre sua participação em ações de preservação e arborização do município, adotando uma postura que reflita a tendência atual de se buscar a maior preservação das condições do meio ambiente, 58,2% afirmaram que participariam e 14,9% que talvez pudessem participar. Chama atenção, o percentual elevado [26,9] que afirma que não participaria destas ações, talvez refletindo a falta de programas públicos de conscientização em relação a tal questão.

Nas questões sanitárias e de esgotamento, percebe-se a insatisfação da população. Quando questionados sobre os problemas que a precariedade deste equipamento associada às chuvas causa à comunidade, 38,8% apontaram a possibilidade de deslizamentos de terra, provavelmente pela localização e constituição geográfica do distrito e 22,4% destacaram a possibilidades de enchentes; no item “outros” [28,4%] apontaram : lama, ventania, alagamentos, invasão da água, entupimento dos bueiros com alagamento da via central. É interessante notar o desconhecimento da população em relação ao que seja efetivamente interligação do esgotamento sanitário, pois mesmo com a maioria afirmando que há esgotamento interligado, 61,2% responde que o destino do esgoto é a maré, praia ou fossa,

demonstrando não haver rede de esgotamento sanitário. Destaca-se que quando da aplicação dos questionários, verificou-se *in loco* a presença em Caboto de inúmeras saídas de esgotamento doméstico jogando diretamente os dejetos na praia. No que diz respeito à coleta de lixo 72% dos respondentes reconhecem que este serviço público é prestado de forma regular na sua rua, contudo em relação à coleta seletiva, a população afirma ter dificuldade de fazer por conta da não existência deste serviço; além disso, 71,6% sinalizam seu interesse em participar de programas de conscientização e operacionalização deste serviço.

Os serviços de saúde são, em linhas gerais, avaliados como precários, avaliação similar feita para os serviços educacionais e creches. Os entrevistados apontam a inexistência de creches públicas no distrito, dificultando com isso a atuação profissional de pais ou responsáveis, em função da necessidade de cuidar dos menores sob sua responsabilidade. As opiniões de que estes equipamentos existem e que funcionam de forma precária reforçam a presença de creches ou cuidadores privados, em Caboto.

Em relação à segurança pública, quando questionados pela presença da polícia militar no distrito, 97% dos entrevistados responderam que não existe de forma sistemática este serviço público em Caboto, identificando-se ainda a ausência de delegacia local. Apesar da ausência do Estado em relação ao aparato policial, 31,3% classificam a localidade como absolutamente segura, em contrapartida 29,9% não se sentem seguros residindo naquele distrito e os demais se dividem entre talvez ou dependendo da situação. Quanto às situações de insegurança, 41,8% dos consultados, poucas vezes vivenciaram/presenciaram situações desta natureza, 37,3% nunca participaram/visualizaram ou tomaram conhecimento de ocorrências ilegais, os restantes 20,9% muitas vezes observaram acontecimentos deste tipo.

Finaliza-se apontando-se que 62,7% da amostra não se sente amparada pelo Estado; 34,3% consideram-se fracamente atendidos pelo poder público, e, apenas, 3,0% avaliam o amparo do poder público como presente em seu cotidiano.

A dimensão econômica reflete a divisão social do trabalho, o que pressupõe uma divisão territorial do trabalho, que se estabelece de diversas formas no decorrer do longo processo de urbanização (SPOSITO, 2012). Aqui, busca-se reconhecer nos dados coletados da visita técnica ao distrito, os fatores que podem relacionar-se à economia do local.

Os entrevistados consideram a pesca (68%) como principal atividade econômica em Caboto, porém ao serem questionados quanto às condições de trabalho no distrito, os entrevistados as classificam como péssima e ruim (59%), justificando tal posição, pela necessidade de deslocamento para outras regiões (Candeias, São Francisco do Conde, Salvador e outros), na busca de trabalho, já que o distrito não oferece oportunidades de geração de emprego e renda aos moradores locais que são obrigados a desenvolverem atividades laborais fora dele. Assim, como boa parte das pessoas não trabalha no distrito, a renda nem sempre é revertida para a localidade, fato agravado pela pequena quantidade de pessoas por família que exercem alguma atividade remunerada e pelo número significativo de aposentados. A população de Caboto tem renda familiar média de 1 a 4 salários mínimos, sendo que 39% da população entrevistada recebe até 1 salário mínimo.

A escala da vida política e econômica tende, segundo Sposito (2012), a ser coincidente quando restrita a pequenas extensões territoriais. A autora reconhece que a divisão territorial do trabalho realiza-se no âmbito de cada cidade, mas depende da progressiva ampliação de escala e influência das grandes operações dos conglomerados econômicos e das ações políticas do Estado. Assim, observa-se que esse território se reconhece com uma localidade

que tem por principal atividade a pesca, ainda que poucos efetivamente a exerçam como. Essa mudança resulta da influência das grandes empresas instaladas na região [Pólo Petroquímico, Refinaria e outros conglomerados]. Reconfigura-se assim a divisão social do trabalho e seus impactos na dimensão econômica merecendo tal fato maior esforço de pesquisa.

A dimensão cultural pode ser entendida, ainda que superficialmente, pela relação estabelecida entre a população local e o território de Caboto, perpassando diversas questões de identidade e sentimento de pertença, já que o território pode ser concebido enquanto apropriação resultante do imaginário e/ou identidade social e cultural. Essas questões fortalecem a autoestima dos moradores com relação à comunidade onde vivem e/ou trabalham. Nesse sentido, se percebe o território construído como espaço de relações sociais, onde há o sentimento de pertencimento dos atores locais à identidade construída e associada ao espaço de ação coletiva e apropriação, onde se criam laços de solidariedade entre os atores.

Ao analisar os dados resultantes da pesquisa, percebe-se que aproximadamente 50% dos entrevistados não têm interesse em se mudar de Caboto; em contrapartida, houve demanda relativamente alta dos que optariam pela mudança, escolhendo principalmente a capital Salvador e o município de Candeias como possibilidades. Essas escolhas geralmente embasam-se na ideia de que outros territórios podem trazer-lhes oportunidade de geração de emprego e renda e, conseqüentemente, maior satisfação, ainda que a adaptação ao novo contexto possa não corresponder a priori ao desejado.

Essa busca por outros locais de moradia pode estar relacionada, ainda, com uma procura por outras opções de lazer, que são poucas na localidade, cujas festas populares são normalmente organizadas pelas associações religiosas, pela própria comunidade ou pelos políticos e governantes. Destaca-se que ainda que as festas ocorram, elas não fazem parte do cotidiano da população. Considera-se que a promoção de festas na comunidade poderia ser utilizada, inclusive, como forma de atrair turistas, já que 73% dos entrevistados acreditam que Caboto tem potencial para desenvolver esta capacidade, seja devido ao Museu do Recôncavo (46%), às belezas naturais (34%) ou mesmo a bares e restaurantes (9%) da região.

A maioria da população pesquisada desconhece a história da fundação de Caboto, apenas 22% dos respondentes possui tal conhecimento. Este ponto reflete uma possível falta de integração da comunidade com seu território, a qual se faz necessária em vários aspectos (históricos, socioeconômicos, políticos) a fim de contribuir para o processo de desenvolvimento local, compreendendo como ocorre esta dinâmica no distrito.

Um sistema social só assegura a pertença de seus membros enquanto eles forem convencidos de sua validade/importância. Esta convicção pessoal também é sustentada por laços sociais (afetivos, familiares, de comprometimento pessoal com o trabalho). Caboto pode ser interpretado como sinônimo de um desejo de viver com tranquilidade, em um ambiente de natureza exuberante, pacífico, de vida simples, porém a necessidade de sobrevivência e a subordinação à Candeias no que diz respeito as ações políticas que levariam ao seu desenvolvimento, afetam a estima e moral da população local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Distrito de Caboto ao ser analisado nas dimensões geográfica, política, econômica e cultural pode ainda ser entendido como um lugar que, localizado na Bahia de Todos os Santos, guarda traços físicos, atividade e funções observáveis. As experiências da população de Caboto, constituído inicialmente como uma colônia de pescadores sucederam-se e definiram-no histórica e identitariamente, entretanto a fraca atuação do Estado e o baixo nível de desenvolvimento local afetam a identidade do lugar.

Apesar dos moradores do distrito o reconhecerem como um local aprazível para morar, dada as suas características geográficas, sofrem com a impossibilidade de manutenção das suas famílias em função das características econômicas e de desenvolvimento local. Os aspectos de preservação da história de formação do Distrito são desconhecidos pela população, o que compromete a identidade dessa população.

Assim é possível identificar-se a geografia como elemento mais marcante na definição do “lugar”. Os aspectos políticos, econômicos, em função da ineficiência do Estado, afetam negativamente a dimensão cultural, despessoalizando a cultura local que poderia estar fortemente alicerçada nos aspectos historicamente constituídos.

O processo de desenvolvimento pode então ser caracterizado como um desenvolvimento dependente das grandes corporações que se instalaram nas imediações gerando emprego e renda para a população. Dada a baixa qualificação profissional, para indústria, a população se insere de forma desqualificada, sem que essa inserção melhore concretamente sua qualidade de vida. O Estado omisso não desenvolve políticas públicas que potencializem a vocação local: sítios históricos e potencial turístico; foco este que poderia levar ao resgate da estima e pertença da população.

Cabe destacar que por este se tratar de estudo exploratório, há necessidade de novas investigações para melhor entendimento dos fatores que viabilizariam um desenvolvimento sustentável para o distrito em análise. Isto porque Santos (1994) afirma que na medida em que as pessoas e lugares se globalizam, o espaço se torna um construto único de formas distintas de competição e de solidariedade, para a definição das quais é fundamental a informação e a comunicação entre indivíduos. Ou seja, apesar do processo de globalização tender a “unificar” diferentes cenários ao redor do mundo, a força dos indivíduos e do lugar faz com que as diferenças permaneçam. E as diferenças de Caboto devem, portanto, ser preservadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Denise Ribeiro. **Notas de aula da disciplina Estratégia de Desenvolvimento Socioterritorial**, ministrada no Mestrado Interdisciplinar do CIAGS. Salvador, setembro de 2012.

BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

_____, Carlos. A busca da utopia do planejamento regional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.120, p.17-37, jan./jun. 2011. Disponível em

<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/263>. Acesso em 02 set 2012.

FISCHER, Tânia. Poderes locais, desenvolvimento e gestão – introdução à uma agenda. In: FISCHER, Tânia (org). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento**. 2ª ed. São Paulo, Nacional, 1981.

_____, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2007.

_____, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. São Paulo, 2005, Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. USP. Disponível em: http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf. Acesso em 02 set 2012. p.6774-6792.

HERMET, Guy. **Cultura e desenvolvimento**. Petrópolis, Vozes, 2000. JORNAL DA MÍDIA. Disponível em: http://www.jornaldamidia.com.br/noticias/2006/01/11/Bahia/Prefeitura_de_Candeias_inaugura_o.shtml. Acesso em: 20 Mar 2013.

SACHS, Ignacy. **Espaços e tempos do desenvolvimento**. São Paulo, Vértice, 1986.

SANTOS, Boaventura Souza. **Pela mão de Alice**. 13ª ed. São Paulo, Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**, São Paulo, Hucitec, 4ª ed, 1998.

_____, Milton. O papel ativo da Geografia: um manifesto. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano V, n.9, pp. 103-109, jul./dez 2000. Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_7_santos.pdf. Acesso em 02 set 2012.

SERPA, Angelo. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. GOMES, Paulo César da C. CÔRREA, Roberto Lobato (org). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012.